

O luso-tropicalismo nos manuais de História e de Português do ensino primário português no período colonial: um estudo exploratório¹

Luso-tropicalism in History and Portuguese textbooks of Portuguese primary school in the colonial period: an exploratory study

Vanessa Meireles Mendes²

Joaquim Pires Valentim³

RESUMO: Esta investigação insere-se num conjunto de pesquisas psicossociais que se centram no estudo da permanência do luso-tropicalismo enquanto representação social na sociedade portuguesa contemporânea, nomeadamente, em torno dos temas da ausência de racismo entre os portugueses, assim como da sua capacidade para estabelecerem relações harmoniosas com outros povos ao longo da História. O estudo aqui apresentado visa fundamentalmente averiguar se as ideias luso-tropicalistas estão presentes nos manuais escolares de História e de Português do ensino primário editados entre 1965 e 1972 em Portugal. Em particular, procura-se explorar se existem ou não traços do luso-tropicalismo nas descrições que aí são feitas dos portugueses e dos africanos. Utilizaram-se no total 23 manuais, cujos textos seleccionados foram sujeitos a análise de conteúdo. Os principais resultados mostram que existe uma diferença clara nas imagens dos africanos, consoante o período em causa. De um modo sintético, na fase das “campanhas de pacificação” são descritos sobretudo como “selvagens” e “rebeldes”; posteriormente são considerados “irmãos portugueses”. É em torno desta ideia de que “somos todos portugueses” em harmonia que se encontram traços do luso-tropicalismo. Adicionalmente, verifica-se uma glorificação das características dos portugueses e das suas acções, a par com uma legitimação do processo de colonização como um direito inquestionável de Portugal. Por último, sublinhe-se a importância dos manuais escolares na disseminação de representações sociais da identidade nacional e na construção da memória colectiva.

Palavras-chave: luso-tropicalismo; relações entre grupos; representações sociais; colonialismo; manuais escolares.

ABSTRACT: This research is part from a set of psychosocial investigations centered on the study of the abiding presence in Portuguese contemporaneous society of Luso-Tropicalism as a social representation. This focuses on the themes that point out the absence of prejudice of the Portuguese and their ability for harmonious co-existence among different people along History. The exploratory study presented here seeks to check if these ideas are represented in Portuguese and History school textbooks published in Portugal between 1965 and 1972. In particular, this work aims to explore the existence or inexistence of Luso-Tropicalist traits in the descriptions of Portuguese and African people. We used 23 textbooks, from which selected texts were submitted to content analysis. The main results shows that there is a clear difference in descriptions of African people, depending on which period they refer to. In a synthetic way, we can say that in a “pacification campaigns” phase, they are described as “savages” and “wild”; after that they are

¹ Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia o financiamento que permitiu a inclusão de três estudantes com Bolsa de Integração na Investigação (IPCDVS/BII-TPCSDM_02/2008 e IPCDVS/BII-TPCSDM_02/2009), neste estudo e ao Instituto de Psicologia Cognitiva Desenvolvimento Vocacional e Social da Universidade de Coimbra as condições para o desenvolvimento do projecto de pesquisa. Este trabalho também não poderia ter sido concretizado sem o precioso auxílio de várias pessoas a quem expressamos o nosso agradecimento: à Mestre Alexandra Guedes e ao Mestre Ricardo Mendes pelo seu grande contributo na recolha de dados e na análise dos mesmos e à Doutora Ana Figueiredo (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra) por se ter mostrado sempre disponível para ajudar a orientar e a concretizar este estudo exploratório.

² Mestre em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal. E-mail: vanessa.j.meireles@gmail.com.

³ Doutor em Psicologia Social; Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Coimbra, Portugal.

considered as “Portuguese brothers”. It is around this idea that “we are all Portuguese” in harmony that we found Luso-Tropicalist traits. Additionally, we observed a glorification of Portuguese characteristics and actions and a legitimation of the colonization process as an unquestionable Portuguese right. Lastly, in this study we underline the importance of textbooks in the dissemination of social representations about national identity and in the construction of collective memory.

Keywords: Luso-Tropicalism; relations between groups; social representations; colonialism; textbooks.

Introdução

Ter em conta as repercussões psicossociais do colonialismo nas sociedades contemporâneas pode ser fundamental em vários domínios de estudo na psicologia social, designadamente no campo das relações entre europeus e não europeus, do preconceito, das identidades sociais e nacionais, do racismo e da diversidade cultural.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um esforço no sentido de preencher o “vazio” e o silêncio” (Volpato & Cantone, 2005, p. 211) a que estas temáticas têm sido remetidas na pesquisa em psicologia social. Volpato e Licata (2010), no editorial de um número recente do *International Journal of Conflict and Violence*, apresentam três campos de estudo que têm emergido neste domínio: 1) representações sociais e memória colectiva do passado colonial; 2) o papel das emoções grupais na forma como os grupos lidam com o seu passado e 3) a herança colonial na perspectiva dos povos colonizados. O estudo exploratório aqui apresentado situa-se dentro do primeiro campo de estudo (Doise, 1990; Moscovici, 1976). Mais concretamente, o quadro genérico de pesquisa que adoptamos procura estudar o luso-tropicalismo enquanto representação social na sociedade portuguesa (Vala, Lopes, & Lima, 2008; Valentim, 2005, 2011a, 2011b).

O luso-tropicalismo surge nos anos 30 do século XX com o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e aí se inclui a ideia de uma suposta aptidão especial dos portugueses para a miscigenação biológica e cultural com os povos dos trópicos. Remete para uma vocação portuguesa para a diáspora, ausência de preconceito e bondade de costumes. Estes traços especiais permitiriam aos portugueses conviver com os povos dos trópicos de forma harmoniosa, em “sociedades multirraciais” (Alexandre, 1999a; Valentim, 2005; 2011b). Com base no trabalho dos historiadores (Alexandre, 1999a, 1999b; Castelo, 1998) sobre a recepção do luso-tropicalismo em Portugal, Valentim (2011b) refere-se aos diferentes momentos da sua disseminação na sociedade portuguesa no quadro de uma abordagem em termos de representações sociais. Num momento inicial, estas ideias não foram muito bem acolhidas em Portugal a nível político, uma vez que o projecto de “renascimento do império”, baseando-se em ideias raciais, rejeitava as concepções favoráveis à miscigenação. Contudo, num segundo momento, após a 2ª Guerra Mundial, com as pressões anti-coloniais e a contestação dos paradigmas racistas, as ideias luso-tropicalistas vão receber maior aceitação no regime político, na medida em que vão ajudar a legitimar a posição de Portugal face às suas colónias e à necessidade de as manter. A partir daí, enfatiza-se a ausência de preconceito dos portugueses e a sua predisposição natural para a mestiçagem e estas ideias vão circular através da propaganda do Estado Novo. Vão também propagar-se em vários campos científicos como a antropologia, a geografia, a ciência política e até a psicologia social (Valentim, 2011b).

A escola primária do Estado Novo não poderia ter ficado alheia a um processo ideológico dessa natureza. De facto, de acordo com vários autores, nesse contexto, a escola veicula uma imagem dos portugueses e da sua história “tributária das teses de Gilberto Freyre” (Castelo, 1998, p. 107; Bastos, 1998; Valentim, 2011b). Um papel deste tipo não é, obviamente, específico deste contexto político e histórico-social. Recorde-se que as funções ideológicas da escola foram primordiais para o próprio nascimento dos sistemas de ensino contemporâneos, tendo-se constituído, desde o início, como uma valiosa ferramenta para a construção dos Estados-Nação e das identidades nacionais (Valentim, 1997). Estas funções não terão sido indiferentes à adopção pelo Estado Novo, em 1936, do livro único para o ensino primário em Portugal (inspirado nos manuais escolares da Itália de Mussolini) e que se manteve até à década de 60.

Os manuais escolares assumem aí grande relevância, não apenas como veículo de transmissão de conhecimentos escolares, mas também pela sua influência na construção e disseminação de representações sociais (Araújo & Maeso, 2010; Oliveira, Lewin & Sá, 2005; Tormenta, 1999). Tanto mais que nessa época estávamos muito longe da actual proliferação de outras formas de difusão cultural, tendo a escola um lugar único enquanto fonte de transmissão de saberes.

O trabalho que aqui se apresenta consiste num estudo de natureza claramente exploratória centrado nos manuais escolares portugueses de História e Português publicados num período (a partir dos anos 60) onde é de esperar que a presença da perspectiva lusotropicalista se faria sentir com maior ênfase nos discursos oficiais portugueses. Em termos de objectivos, este estudo visa: 1) averiguar se existem ou não traços das ideias lusotropicalistas nas descrições dos portugueses e dos africanos nos manuais analisados e, caso existam, 2) procurar saber como se articulam essas imagens, quer com a narrativa colonial, em especial das relações entre povos nesse processo, quer com a forma como a História portuguesa era difundida na escola. No período em apreço, as colónias portuguesas em África (as “províncias ultramarinas” na designação oficial da época) eram São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Guiné, Angola e Moçambique, sendo de assinalar que esse período é também o da guerra colonial que teve início em 1961 em Angola, estendendo-se de seguida à Guiné e a Moçambique, vindo a terminar só com a revolução de 25 de Abril de 1974.

Método

Amostra

Para este estudo exploratório foram utilizados 23 manuais escolares da 3ª e da 4ª classe, 11 de História e 12 de Português, editados entre 1965 e 1972 (Anexo A e Anexo B). No total, a amostra é composta por 156 páginas (34 páginas de manuais de História e 122 páginas de manuais de Português) e 98 textos (14 textos de História e 84 textos de Português).

Foram seleccionados os manuais de História e de Português, uma vez que os conteúdos presentes nos textos destas duas disciplinas são susceptíveis de serem os mais ricos e os mais relevantes para os objectivos deste estudo (sobre a particular pertinência dos manuais de História neste domínio, ver Oliveira, Lewin & Sá, 2005). A escolha de manuais da

3ª e da 4ª classe deve-se ao facto de termos partido do pressuposto de serem estes dois anos de ensino primário aqueles onde os textos seriam mais exaustivos, detalhados e desenvolvidos, tornando-os mais pertinentes em termos de recolha e análise de informação. Por outro lado, a opção que fizemos incide sobre manuais da escolaridade obrigatória, porque, assim sendo, tratam de conteúdos de ensino que se pretendem dirigidos a todos os futuros cidadãos, embora, manifestamente, isso estivesse longe de ser cumprido num período em que as taxas de escolarização em Portugal continuavam a apresentar um panorama geral “carente e sombrio” (Grácio, 1985, p. 75; Valentim, 1997, pp. 47-51).

Procedimento

Numa fase exploratória inicial, procurámos organizar o *corpus* de dados recorrendo a uma “leitura flutuante” (Bardin, 1977) e retivemos todo o material que continha descrições referentes às colónias africanas, aos povos colonizados, aos portugueses e ao processo de colonização. Numa segunda fase, procedemos à organização dos dados recolhidos e, após uma análise conjunta por parte de três juízes, o material foi classificado em três grandes temas: *Portugueses*, *Africanos* e *Território*. Esta análise temática permitiu dar pistas acerca dos “«núcleos de sentido», que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (Bardin, 1977, p. 105). Concretizada esta divisão, avançámos para uma análise de conteúdo do material, considerando apenas os temas *Portugueses* e *Africanos*, até se obter uma redução a palavras simples, adjectivos, traços ou temas. Esta redução foi realizada por um conjunto de três juízes e foram retidos os casos em que, pelo menos, dois dos juízes se mostravam de acordo. O desenvolvimento da análise implicou dois momentos: o primeiro, individual, no qual cada juiz, de forma independente, fez a análise de cada texto de História e de Português; o segundo, em grupo, que consistiu na síntese destes trabalhos, a partir da sua discussão em várias reuniões. Posteriormente, através de acordo interjuízes, agruparam-se as palavras, expressões ou frases com significados considerados semelhantes. A cada um destes agrupamentos foi atribuída uma designação que, na maior parte dos casos, corresponde à palavra, expressão ou frase que surge mais vezes naquele conjunto.

Resultados

Da análise de conteúdo realizada, obtiveram-se, no total, para os manuais de História, 706 “ocorrências”⁴, das quais 599 (84.4%) correspondentes ao tema *Portugueses* e 107 (15.6%) ao tema *Africanos*. Por outro lado, da análise dos textos dos manuais de Português resultaram 600 ocorrências, das quais 407 (67.83%) no tema *Portugueses* e 193 (32.16%) no tema *Africanos*.

Manuais de História

O processo de categorização no tema *Portugueses* deu origem a 11 categorias principais (figura 1).

⁴ Por “ocorrência”, entende-se aqui uma unidade com significado, ou seja, uma palavra, frase ou expressão como por exemplo “bom cristão” ou “selvagem”.

Portugueses			Africanos		
Categoria	Frequência	%	Categoria	Frequência	%
Personalidades	199	33.2	Gungunhana/Vátua	40	37.4
Explorar	91	15.2	Indígenas revoltados e selvagens	26	24.3
Características dos portugueses	84	14.0	Costumes/cultura	15	14.0
Civilizar	83	13.9	Outras tribos	12	11.2
Campanhas de pacificação/ocupação	45	7.5	Africanos como portugueses além-mar	6	5.6
Dificuldades	25	4.2	Espalhados/abandonados	3	2.8
Patriotismo	23	3.8	Serviçais pretos	3	2.8
Possuir/domínio	21	3.5	Inimigo	2	0.9
Medidas político-administrativas	17	2.8	Animados pela cobiça estrangeira	1	0.9
Vitória	8	1.3			
Conflitos políticos	3	0.5			
Total	599	100	Total	107	100

Figura 1 - Resultados da categorização dos manuais de História

Verifica-se que a categoria *personalidades* (ex. “Roberto Ivens”, “Serpa Pinto” e “Mouzinho de Albuquerque”) representa isoladamente 33.2% do total de ocorrências para o tema *Portugueses*. As categorias *características dos portugueses* e *civilizar* foram ainda alvos de uma subcategorização. A primeira divide-se nas subcategorias *ilustres/grandiosos* ($n = 27$) *glória/admiração/prestígio* ($n = 26$), *corajosos* ($n = 17$) e *heróis* ($n = 14$) e a segunda nas subcategorias *agentes de civilização* ($n = 53$) e *ação civilizadora* ($n = 30$). Cada uma das restantes categorias apresenta uma percentagem inferior a 10% do total de ocorrências.

No tema *Africanos*, nos manuais de História, a categoria com maior frequência é *Gungunhana/Vátuas*⁵ (ex. “Gungunhana”, “chefe indígena” e “tribo numerosa e aguerrida”), correspondendo a 37.4% do total de “ocorrências”. Verifica-se que a segunda categoria com maior percentagem de ocorrências é *indígenas revoltados e selvagens* (ex. “indígenas revoltados”, “tribos selvagens” e “gentio”) e a terceira é a categoria *costumes/cultura* (ocorrências como “costumes”, “palhota”, “cultura da terra”).

Manuais de Português

Relativamente aos manuais de Português, o processo de categorização para o tema *Portugueses* resultou em 10 categorias principais (figura 2).

⁵ Gungunhana foi o chefe dos Vátua, que opôs resistência aos militares portugueses durante as “campanhas de pacificação” em Moçambique. A sua prisão, na sequência da tomada de Chaimite (28 de Dezembro de 1895), “foi celebrada euforicamente pelo Estado português” (Albuquerque, 2010, p. 4).

Portugueses			Africanos		
Categoria	Frequência	%	Categoria	Frequência	%
Patriotismo	168	41.3	Características dos africanos	56	29.0
Características dos portugueses	80	19.7	“São todos portugueses”	33	17.1
“Somos todos portugueses”	43	10.6	Designações atribuídas aos africanos	33	17.1
Personalidades	36	8.8	Gungunhana(*)	28	14.5
Ação civilizadora	36	8.8	Costumes dos povos	27	14.4
Explorar/descobrir	31	7.6	Personalidades	10	5.3
Provocam inveja a outras nações	5	1.2	Indicadores de progresso	6	3.1
Lutas de ocupação	3	0.7			
Acontecimentos bélicos	3	0.7			
Vitória	2	0.5			
Total	407	100	Total	193	100

(*) Não foi incluído na categoria *personalidades* porque esta se refere a homens ilustres, enquanto Gungunhana representa o inimigo.

Figura 2 - Resultados da categorização dos manuais de Português no tema *Portugueses*

A categoria com maior representatividade é *patriotismo* (43.3%), dividida pelas subcategorias *glória, orgulho e enaltecimento da pátria* ($n = 55$), *amor e dedicação à pátria* ($n = 36$), *sacrifícios pela pátria* ($n = 31$), *espalhar o nome de Portugal pelo mundo* ($n = 19$), *belezas da pátria* ($n = 17$), *a bandeira* ($n = 6$) e *língua portuguesa* ($n = 4$). A categoria *características dos portugueses* apresenta uma percentagem de 15.7% de ocorrências para este tema e inclui as subcategorias *destemidos* ($n = 23$), *ser português* ($n = 19$), *obedientes a Deus* ($n = 10$), *homens bons* ($n = 10$), *grandeza dos portugueses* ($n = 9$) e *heróis* ($n = 9$). Por fim, a terceira categoria mais representada é *somos todos portugueses* (11.1%), na qual se incluem ocorrências como “elementos integrantes da mesma pátria”, “integrar os povos na unidade da nação portuguesa” e “portugueses de todas as cores”. As restantes categorias apresentam percentagens inferiores a 10%.

Em relação ao tema *Africanos*, nos manuais de Português, o processo de categorização originou 7 categorias. A primeira representa 29% do total de ocorrências e apenas as duas últimas apresentam percentagens inferiores a 10%. A categoria *características dos africanos* engloba ainda as subcategorias *coragem/heroísmo* ($n = 16$), *dedicação à pátria* ($n = 13$), *louvados* ($n = 12$), *carácter pacífico* ($n = 7$), *figuras de relevo* ($n = 5$), *homens de fé* ($n = 2$) e *natureza não alegre* ($n = 1$). Na categoria *designações atribuídas aos africanos* (ex. “cabo-verdiano”, “povos” e “gentes”), encontram-se as subcategorias *povos* ($n = 14$), *nativos/indígenas* ($n = 10$) e *negros* ($n = 9$). Por último, a categoria *costumes dos povos* engloba as subcategorias *batuque e dança* ($n = 13$), *populações agrícolas* ($n = 7$) e *costumes peculiares* ($n = 7$).

Discussão

Um dos dados mais notórios dos resultados que obtivemos é a diferença nas descrições dos africanos nos manuais de História e nos manuais de Português. Essa diferença parece ficar a dever-se a que, enquanto os textos de História se debruçam mais sobre o

início do processo de colonização, isto é, as conquistas de território e as “campanhas de pacificação”, os textos de Português, apesar de também abordarem essas temáticas, focam-se mais na vida colonial depois das “campanhas de pacificação”, retratando com mais detalhe as consequências da “acção civilizadora” portuguesa nos territórios e nos povos africanos colonizados. É nesse quadro que nos textos de História a descrição dos africanos é feita, maioritariamente, através de adjectivos como “rebeldes”, “revoltados”, “indígenas” e “selvagens”. Nestes manuais, os textos traduzem essencialmente uma perspectiva do “outro” enquanto povo a colonizar, selvagem e rebelde. Por outro lado, nos textos de Português, os africanos já adquirem traços positivos como “dedicados à pátria”, “louvados”, “figuras de relevo” e “homens de fé”.

No seu conjunto, de certa forma, este cenário pode traduzir uma leitura do processo de colonização, através da qual os povos africanos colonizados se tornaram “melhores” depois da acção civilizadora levada a cabo pelos colonizadores portugueses. Todavia, parece existir um hiato entre o período das campanhas de pacificação e a transformação dos povos africanos colonizados em “louvados” e “dedicados à pátria”. Isto é, existe pouca informação acerca das relações entre colonizadores e colonizados no período intermédio entre a ocupação e a convivência pacífica.

Os manuais retratam a resistência Vátua às investidas militares portuguesas, mas não nos dizem como é que a restante população dos territórios africanos colonizados reagiu à permanência dos colonos portugueses ou de que forma interagiram até atingirem os laços de irmandade e coesão tão bem descritos na categoria “somos todos portugueses”. É também de assinalar a ausência de referências ao que existia antes da ocupação e presença portuguesa. É um pouco uma história que se insere numa tábua rasa. Quase não existem referências a formas de organização social e política dos povos colonizados. Esse tipo de estruturas parece algo que pertence em exclusivo aos europeus. Este dado não é específico dos nossos resultados, nem se fica a dever ao período cronológico em que situamos a nossa análise. De facto, outros estudos que incidiram em manuais escolares do período contemporâneo como os de Araújo e Maeso (2010) (Cardim, 2005; Soares & Jesuíno, 2005), encontram o mesmo tipo de resultados.

Estes dados vão no sentido da leitura de Leone e Mastrovito (2010, p. 7), quando, referindo-se ao ensino da história, dizem que o passado colonial das nações europeias é um dos tópicos particularmente controverso, uma vez que enquanto os colonizadores justificaram e lidaram com a violência causada das mais variadas formas, os povos colonizados foram privados da sua própria história sendo empurrados ou para um tradicionalismo idealizado, ou sendo-lhes negada uma relação equilibrada com o desenvolvimento e a modernização.

Tanto nos manuais de História como nos manuais de Português, as referências positivas e enaltecidas dos portugueses (por exemplo, as subcategorias *ilustres*, *grandiosos*, *heróis*, *corajosos*) apresentam uma elevada representatividade no conjunto de dados. Contudo, a diferença numérica no que respeita às referências positivas e enaltecidas dos portugueses comparativamente aos africanos é menor nos manuais de Português, uma vez que, no geral, nestes textos os povos colonizados já foram “civilizados” e adquirem uma imagem mais próxima do povo colonizador.

Verifica-se também que o vocabulário usado para descrever os portugueses é mais vasto que aquele que é usado para descrever os africanos colonizados. Eventualmente, estes

resultados podem apontar para um efeito de homogeneização do exogrupo, ou seja, um processo do tipo “nós somos todos diferentes, mas eles são todos iguais” (Valentim, 2008).

Os actos dos portugueses estão também muitas vezes associados a um nome, a um agente, como se pode constatar pela frequência na categoria *personalidades* e pelo número de personalidades a que é feita referência. Este dado mostra-nos que existe uma personalização dos feitos dos portugueses. Estes têm rosto, enquanto os africanos colonizados (quase) não têm. Existe aqui uma individualização nas descrições dos colonizadores portugueses, em contraste com uma categorização grupal dos povos africanos colonizados. Por outro lado, em relação a estes, nos manuais de História, é feita apenas referência a uma personalidade (Gungunhana). Uma leitura possível deste dado é que Gungunhana funciona aqui como personificação da ideia do indígena selvagem e revoltado contra o domínio português. Foi tratado como a objectivação do inimigo que precisava de ser neutralizado ao mesmo tempo que as suas qualidades bélicas eram frequentemente enfatizadas de forma a glorificar a vitória dos portugueses.

Nos manuais de Português, este efeito de categorização grupal atenua-se uma vez que a referência a outras personalidades além de Gungunhana atinge as 10 ocorrências. Este número, embora muito inferior às 36 ocorrências para a categoria *personalidades* no tema *Portugueses* sugere que os africanos colonizados começam a adquirir um rosto e este não é mais o do indígena selvagem e revoltado, mas sim o de homem corajoso, humilde e dedicado à pátria que deve servir de exemplo para os restantes habitantes das colónias. Esta ideia é reforçada se tivermos em conta que a categoria *africanos como portugueses além-mar* nas descrições dos africanos, nos manuais de História tem apenas 6 ocorrências, enquanto nos manuais de Português, quer nas descrições de portugueses, quer nas descrições de africanos, as categorias *somos todos portugueses* e *são todos portugueses* são bem mais frequentes (43 e 33 ocorrências, respectivamente). Aí encontramos referências ao “convívio harmonioso entre raças” numa “nação pluricontinental e plurirracial” e, numa versão mais detalhada, “à forma humana e carinhosa como os Portugueses sempre trataram os habitantes das terras que descobriram e civilizaram” (Gaspar, 1972, p. 80, conforme a referência no Anexo B). Esta imagem simbiótica, unificadora, de convivência pacífica e harmoniosa vai de encontro às concepções luso-tropicalistas sobre a existência de uma “unidade de sentimento e cultura” no “mundo que o português criou” (Castelo, 1998, p. 139; Valentim, 2011b). No mesmo sentido interpretamos a tão escassa referência à existência de confrontos e conflitos violentos entre colonizadores e colonizados após as campanhas de pacificação, no processo que nos referimos atrás. Devemos assinalar que, de novo, não se trata de um dado específico do material que analisámos, já que o mesmo se encontra nos manuais contemporâneos sobre o descobrimento do Brasil (Cardim, 2005; Soares & Jesuíno, 2005).

Atendendo à narrativa do processo de colonização, constata-se que parece existir uma tentativa de suavizar e justificar os comportamentos do endogrupo que poderiam ser considerados negativos. Em especial, o uso da designação “campanhas de pacificação” para abarcar todos os actos de cariz violento exercidos com vista a “civilizar” os “indígenas revoltados”. Este processo de colonização é justificado não pela ambição portuguesa ou por razões económicas, mas sim por aquele ser um sítio “onde a civilização nunca tinha chegado”, pela passagem do selvagem à civilização (Cabecinhas, 2007; Cabecinhas & Cunha, 2003). Uma missão que compete aos portugueses. A sua presença em África não só aparece como algo natural e inquestionável, como seria até necessária para assegurar essa passagem

à civilização. Neste âmbito, seria de esperar que a evangelização fosse um dos principais factores nos textos relativos ao processo de colonização. No entanto, as referências à religião e aos missionários estão longe de ter a importância que Soares e Jesuíno (2005) encontraram para os temas ligados às questões indígenas e aos jesuítas na análise que fizeram dos manuais portugueses contemporâneos sobre o descobrimento do Brasil.

Conclusão

Nos últimos anos diferentes investigações em psicologia social têm mostrado a pertinência de estudar a permanência do luso-tropicalismo na sociedade portuguesa (Cabecinhas, 2007; Vala, Lopes & Lima, 2008; Valentim, 2005, 2011a, 2011b). Para a compreensão da persistência dessas ideias, mesmo junto de gerações que já nasceram depois do período colonial, parece-nos particularmente útil abordar essa pesquisa na perspectiva das representações sociais. Assume aí um lugar de destaque o estudo dos manuais escolares enquanto veículo de disseminação dessas concepções na sociedade portuguesa. Foi o que procurámos fazer neste estudo.

Globalmente, no conjunto das análises efectuadas, os resultados aparecem marcados por dois momentos. O primeiro é o das “campanhas de pacificação” que pouco tiveram de harmoniosas, uma vez que esta era apenas a designação usada para descrever as “campanhas militares”, nas quais os manuais apresentam uma visão pouco luso-tropicalista com uma imagem dos povos colonizados como “indígenas selvagens” e “rebeldes”. O segundo desses momentos, aparece apenas nas descrições após a “acção civilizadora” dos portugueses. Aí existem referências bem claras à harmonia na convivência entre os povos e, acima de tudo, a uma afirmação dos povos colonizados como povo português, separados apenas pelos costumes e pela cor da pele. É em torno desta ideia de que “somos todos portugueses” que se encontram traços do luso-tropicalismo.

Não obstante a riqueza desses dados, convém assinalar algumas das limitações desta investigação que decorrem, em boa medida, da sua natureza de estudo exploratório. Em especial, limitações na interpretação e generalização dos dados que provêm quer da amostra, quer da metodologia usada. A utilização de um maior número de manuais, seleccionados de forma mais sistemática, o uso de outras técnicas de análise de conteúdo e a consideração das imagens dos manuais nas análises a efectuar podem ser alvo de estudos futuro de modo a ultrapassar essas limitações.

Referências

- Albuquerque, M. (2010). *A prisão do Guguinhana*. Coimbra: Angelus Novus.
- Alexandre, V. (1999a). Luso-tropicalismo. Em A. Barreto & M. F. Mónica (Coords.). *Dicionário de História de Portugal: Vol 8* (pp. 391-394). Lisboa: Figueirinhas.
- Alexandre, V. (1999b). O império e a ideia da raça (séculos XIX e XX). Em J. Vala (Coord.). *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Araújo, M., & Maeso, S. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de História. *Estudos de Sociologia*, 15(28), 239-270.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bastos, C. (1998). Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. *Análise Social*, 33(146-147), 415-432.
- Cabecinhas, R. (2007). *A Preto e Branco. A Naturalização da Discriminação Racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2003). Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'. *Estudos do Século XX*, 3, 157-184.
- Cardim, P. (2005). O ensino da História em tempos pós-coloniais. Comentário às análises dos manuais de história portugueses e brasileiros. Em C. P. Sá & P. Castro (Orgs.). *Memórias do Descobrimento do Brasil* (pp. 87-96). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Castelo, C. (1998). "O Modo Português de Estar no Mundo". *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. Em R. Ghiglione, C. Bonnet & J.-F. Richard (Eds.). *Traité de Psychologie Cognitive: Tome 3. Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Grácio, R. (1985). Evolução política e sistema de ensino em Portugal: dos anos 60 aos anos 80. Em J. E. Loureiro (Ed.). *O Futuro da Educação nas Novas Condições Sociais, Económicas e Tecnológicas* (pp. 43-154). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Leone, G., & Mastrovito, T. (2010). Learning about our shameful past: A socio-psychological analysis of present-day historical narratives of Italian colonial wars. *International journal of conflict and violence*, 4 (1), 11-17.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2ª ed.). Paris: PUF.
- Oliveira, D. C., Lewin, M. C., & Sá, C. P. (2005). A memória primordial do descobrimento do Brasil. Análise dos manuais brasileiros de história. Em C. P. Sá & P. Castro (Orgs.). *Memórias do Descobrimento do Brasil* (pp. 53-70). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Soares, C., & Jesuino, J. C. (2005). Memória social e representações sobre o descobrimento do Brasil. Análise dos manuais portugueses de história. Em C. P. Sá & P. Castro (Orgs.). *Memórias do Descobrimento do Brasil* (pp. 71-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Tormenta, J. R. B. (1999). *Os Professores e os Manuais Escolares: Um Estudo Centrado no Uso dos Manuais de Língua Portuguesa* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Vala, J., Lopes, D., & Lima, M. (2008). Black immigrants in Portugal: Luso-Tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*, 64, 287-302.
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, Igualdade e Diferença*. Porto: Campo das Letras.
- Valentim, J. P. (2005). Sobre Gilberto Freyre e a "adversidade ao mestiçamento". *IberPsicologia, Anales de la Revista de Psicología General y Aplicada*, 10 (5).
- Valentim, J. P. (2008). Identidade pessoal e social: entre a semelhança e a diferença. *Psicologica*, 47, 109-123.
- Valentim, J. P. (2011a). Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos. Em M. J. Simões (Coord.). *Imagotipos Literários: Processos de (Des)configuração na Imagologia Literária* (pp. 55-75). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- Valentim, J. P. (2011b). Social psychology and colonialism: Luso-tropicalism as a social representation in the context of contemporary Portuguese society. Em J. P. Valentim (Ed.). *Societal approaches in social psychology* (pp.179-194). Berne: Peter Lang.
- Volpato, C., & Cantone, A. (2005). Un tout-autre: le colonisé: Une étude de la délégitimation dans la presse fasciste. Em M. Sanchez-Mazas & L. Licata (Eds.). *L'Autre: Regards psychosociaux* (pp. 211-240). Grenoble: PUG.
- Volpato, C., & Licata, L. (2010). Introduction: Collective memories of colonial violence. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 4-10.

Apresentação: 04/10/2012

Aprovação: 10/12/2012

Anexo A: Referências dos manuais escolares de História utilizados

- Barros, T. (1966). *História de Portugal para a 4ª classe do ensino primário (Vol. 1)*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Chaves, A. (1965) *História de Portugal para a 4ª classe*. Porto: Porto Editora-Empresa Literária Fluminense.
- Coelho, J. C. (1965). *Heróis da Nossa Pátria (3ª classe) (1ª ed.)*. Porto: Livraria Avis.
- Ferreira, M. L. C. (1966). *Meu Portugal... Caderno de História Pátria para a 3ª Classe*. Porto: Livraria Avis.
- Gomes, J. M. (1965). *História de Portugal para a 4ª classe do ensino primário (46ª ed., Vol. 1)*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Pereira, F. A. B. (1966). *Textos de História Pátria (3ª classe)*. Porto: Continental Editora.
- Reina, L. (1967). *História de Portugal para a 3ª Classe (2ª ed.)*. Porto: Livraria Avis.
- Rosas, C. H. (1965). *História de Portugal. Ensino Primário (Vol. 1)*. Porto: Porto Editora- Editora Literária Fluminense.
- Silva, A. (1967). *A Imagem no Ensino da História de Portugal (4ª classe)*. Porto: Livraria Avis.
- Silva, M. R. (1965). *História de Portugal da 3ª Classe do Ensino Primário (2ª ed.)*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Veiga, A. F. (1968). *História de Portugal para o Ensino Primário Elementar (4ª classe)*. Porto: Editora Livraluz.

Anexo B: Referências dos manuais escolares de Português utilizados

- Branco, A. (1968a). *O Novo Livro de Leitura da 4ª Classe*. Porto e outros: Porto Editora e outras.
- Branco, A. (1968b). *O Novo Livro de Leitura da 4ª Classe*. Porto e outros: Porto Editora e outras.
- Branco, A. (1968c). *O Novo Livro de Leitura da 4ª Classe*. Porto e outros: Porto Editora e outras.
- Gaspar, J. (1968). *Livro de Leitura: 4ª Classe do Ensino Primário*. Lisboa: Livraria Rodrigues.
- Gaspar, J. (1968). *Livro de Leitura: 4ª Classe do Ensino Primário (6ª ed.)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Gaspar, J. (1972a). *Vidas em Flor (4ª classe, 11ª ed.)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Gaspar, J. (1972b). *Vidas em Flor (4ª classe, 11ª ed.)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Gomes, A., & Tristão, J. (1969). *Janela aberta: Leituras para a 4ª Classe*. Lisboa: Verbo Escolar Editora.
- Lima, A. P. (1967). *Leituras para o Ensino Primário (4ª classe, 39ª ed., Vol. 1)*. Porto: Edição dos Autores.
- Pimenta, R., & Evangelista, D. (1967). *Livro de Leitura para a 4ª Classe do Ensino Primário*. Porto: Avis.
- S/A (1969). *Velas de Cristo: Livro de Leitura para a 3ª classe. Aprovado oficialmente para o Ultramar*. Luanda: Edições Lello.
- S/A. (1969). *Caminhos Portugueses: Livro de leitura para a 4ª classe do ensino primário. (Aprovado oficialmente para o Ultramar)*. Luanda: Edições Lello.